

EDITORIAL

As três edições anteriores de *Avaliação* cer72 mais conhecidas bem como o desenvolvimento teórico-técnico de avaliação institucional inscrevem-se num campo de disputas ferrenhas em que se apresentam conflitantes ao menos duas orientações paradigmáticas principais. Uma, instrumento do pensamento neo-conservador e de seus organismos internacionais financeiros, atribui à objetividade de instrumentos técnicos a base para estabelecer políticas de controle, de equilibração e de direcionamento do ensino superior. Embora sabendo de sua força de intervenção na realidade, afirma-se menos como instrumento político do que técnico e objetivo. Outra orientação aposta mais no valor social e formativo da avaliação, não lhe atribuindo funções de organizadora de hierarquias institucionais e sim de melhoria dos processos pedagógicos e científicos de cada instituição e do sistema universitário. Sabendo imprescindível ser também operativa e técnica, assume mais claramente a sua significação política de processo social e educativo, que por isso mesmo sabe ser portadora de transformações.

Avaliação é uma revista que busca aprofundar a compreensão desse campo que se abre com grande impacto na educação superior e promover o debate sobre as principais tendências nas práticas avaliativas. Como já ficou declarado no Editorial da edição anterior, esta revista quer contribuir para consolidar no Brasil a avaliação institucional como área de estudos, discussões acadêmicas e, correlativamente, campo de desenvolvimento de práticas avaliativas, submetendo suas idéias e propostas ao critério de verdade social do debate público. Respeitando as diversidades e a intersubjetividade, *Avaliação* também é uma revista que trabalha para construir na educação superior e em seus âmbitos sociais elos mais fortes de solidariedade e os sentidos de comunidade e cooperação.

As avaliações institucionais têm uma grande importância nas agendas de políticas educacionais de todos os países, especialmente daqueles que pretendem que seu sistema de ensino superior tenha eficácia e eficiência compatíveis com as exigências de produtividade e de competitividade. Nesta direção, documentos recentes de organismos internacionais, sobretudo do Banco Mundial e da Unesco, insistem enfaticamente na necessidade de os países fazerem mensurações de aprendizagens dos estudantes e de sua preparação para o exercício profissional, bem como, através desses mesmos instrumentos e de outros ainda mais específicos, também explicitarem os méritos e prestígios dos professores, dos cur-

sos, da produção científica e tecnológica e das instituições. Porque têm necessidade de padrões internacionais e nacionais, o que tem a ver com profissões e mercado, esses organismos financeiros e de política cultural estabelecem claras diretrizes para as práticas de avaliação. Inegavelmente, essa orientação de avaliação técnica e padronizada tem tido grande sucesso nos países de avançado sistema universitário, pela força que lhe emprestam os governos, a grande imprensa e parte das universidades. Também não lhe faltam recursos financeiros e poder político. Por isso mesmo e também porque os esquemas intelectivos que produz sejam operacionalmente simples - uma vez que os instrumentos avaliativos utilizados pouco tocam na complexidade dos problemas - essa orientação avaliativa é recebida pela parcela da população geralmente mais preocupada com as funções práticas da universidade como a única avaliação possível e necessária. Desse ponto de vista do mercado e das profissões, e como organizadora das imagens sociais de prestígio dos cursos, é inegável que essa avaliação se apresenta eficaz e amplamente conhecida para além mesmo das instituições universitárias.

Há, entretanto, outras orientações que pretendem ultrapassar esse enfoque por muitos chamado de produtivista e eficientista. Nessas outras orientações, a ênfase passa a ser colocada mais na avaliação dos processos da educação entendida como um fenômeno de caráter essencialmente social e complexo, portanto, qualitativo. Os teóricos chamam de "formativa" a essa avaliação mais preocupada com a melhoria dos processos pedagógicos, com a qualidade e relevância da atividade científica, com o adensamento da socialidade e com o fortalecimento das dimensões sociais e públicas da avaliação. Em outras palavras, para além de obter evidências a respeito de produtos educacionais, esta orientação formativa se dedica mais a conhecer e a transformar qualitativamente os processos pedagógicos, científicos e administrativos, entendendo que as ações de transformação no âmbito institucional educativo e no campo social de sua abrangência basicamente competem aos sujeitos da educação.

Em largos traços, esse é o cenário bastante rico e um tanto conflituoso, como ocorre nos fenômenos sociais, que os autores de artigos anteriormente publicados nos vêm ajudando a compreender, obviamente sem deixarem de apresentar suas óticas particulares. Na presente edição, essa temática é relançada, por exemplo no texto de Tejedor e Blanco, professores da Universidade de Salamanca e da Universidade de

Cantabria. Esses autores refletem sobre as razões da importância que hoje vem sendo atribuída à avaliação institucional, os principais enfoques básicos e suas respectivas estratégias e também as discordâncias que acompanham a implantação de processos avaliativos em alguns países da Europa. Após uma breve revisão de distintas experiências avaliativas, notadamente na Europa, os autores se referem ao PAIUB.

Uma das maiores exigências que a comunidade universitária faz aos processos de avaliação institucional é a de que eles não sejam restritivos e fragmentados. Muitas das avaliações se perdem principalmente porque são episódicas, setoriais e incapazes de construir uma visão de conjunto de, por exemplo, uma universidade. Porque lhes falta a perspectiva de conjunto, também se debilitam suas possibilidades formativas. O artigo "Avaliação Institucional: integração e ação integradora" (Dias Sobrinho) discute esse que é um dos princípios mais importantes da avaliação institucional segundo a orientação do PAIUB: a globalidade. A globalidade é aí entendida como um princípio de compreensão de realidades complexas, como é o caso dos fenômenos educativos e de suas instituições. Mas a integração também é vista como um princípio pedagógico. A avaliação institucional não deve se limitar a obter uma visão de globalidade, uma explicação das relações internas e externas da instituição, mas há de ser também um instrumento de fortalecimento e de construção da integração onde esta seja frágil ou mesmo inexistente.

As avaliações institucionais, qualquer que seja seu modelo, produzem-se em estreita correlação com a realidade social e econômica de um determinado momento histórico. É preciso compreender essa realidade para enxergar melhor as diversas tendências avaliativas que disputam espaço no âmbito da educação superior. Uma contribuição para isso é aqui dada por Alberto Noé, que analisa a implantação do modelo neoliberal na América Latina e os impactos da revolução científico-técnica na universidade. Uma vez que as demandas sociais são hoje muito diferentes das de décadas atrás, torna-se necessário revisar a relação entre educação e sociedade. Como definir a produção e o uso do potencial científico e tecnológico de maneira a contribuir na resolução dos problemas dos países latino-americanos, sem contudo aceitar de modo acrítico e submisso as condições que a lógica do mercado impõe? Eis a grande questão que desafia a universidade no limiar do século XXI e muito tem a ver com seu futuro.

Um tema que adquire cada vez mais importância, mesmo porque integra as concepções de universidade e de sociedade, especialmente nesse momento de transformações vertiginosas que ocorrem no mundo com repercussão plena em uma e outra, é o da extensão. O relato da experiência da UFPR, por Tânia Baibich e Yvelise Arcoverde, deve levar

a muitas reflexões, sem fugir ao grande debate: qual é o papel central da extensão na universidade brasileira, como pode ela contribuir para que as instituições universitárias melhor e mais articuladamente cumpram seus compromissos sociais? Relatos sobre experiências de atividades universitárias, especialmente daquelas que têm uma face pública bem marcante, são muito importantes quando conseguem reunir os diversos atores em processos de discussão que produzam não só um acréscimo de conhecimento sobre atividades institucionais, mas também possam induzir mudanças. Vem ainda da UFPR um outro relato de uma experiência setorial: a avaliação de desempenho em estágio probatório, de autoria de Maria Albertina de Camargo e Martha Sánchez. Embora o relato diga respeito a um aspecto determinado, há por parte das autoras a preocupação de que essa avaliação seja um processo permanente e crítico e contribua para a instauração de uma cultura de avaliação.

A avaliação institucional é uma modalidade recente que em muito se beneficia de uma área de estudos e de práticas antiga e de forte tradição: a avaliação educacional. Embora o campo central de atuação desta revista seja a avaliação institucional da educação superior, parece muito interessante conhecer os largos traços da avaliação da aprendizagem, que necessariamente deve ser levada em conta muito alta pela avaliação que se pretende global. Sendo os processos de ensino e aprendizagem uma dimensão fundamental de uma instituição educativa, são também necessariamente uma das dimensões centrais da avaliação institucional. O trabalho de Ana Maria Marques de Almeida oferece uma grande contribuição para o conhecimento da literatura dessa área. O artigo identifica e analisa algumas das principais concepções e atribuições da avaliação de aprendizagem e as implicações de sua prática no ensino superior.

Esta revista tem uma ligação muito forte com a Graduação. Este é o nível de formação comum a todas as instituições universitárias brasileiras e tem uma importância fundamental no desenvolvimento da sociedade e na elevação da consciência de nacionalidade. É notório o trabalho de consolidação de uma política de melhoria da qualidade do ensino de graduação que o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação vem realizando. A revista experimenta uma grande satisfação ao poder divulgar, como agora, matérias produzidas por esse Fórum e pelos demais congêneres. O documento aqui apresentado trata dos assuntos de política e de ações relativamente ao ensino de graduação, abordando temas de grande interesse e atualidade, como a LDB, currículo, licenciatura, gestão acadêmica e intercâmbio entre as Instituições de Ensino.

José Dias Sobrinho
editor

PS:

- *Avaliação* aproveita a oportunidade para agradecer de modo particular o professor doutor José Tomaz Vieira Pereira, que, como Pró-Reitor de Graduação da Unicamp e enquanto presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação, tem colaborado bastante com esta revista.
- Como os leitores já perceberam, estamos consolidando o padrão de *Avaliação*, de acordo com as normas técnicas de publicação. A revista já está inscrita no ISSN, sob o

número 1414-4077. Agora estamos tratando de sua indexação junto a instituições internacionais.

A Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, responsável pela produção desta revista, está oficialmente registrada como Sociedade Civil (Associação sem fins lucrativos) e está inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes, da Secretaria da Receita Federal, sob número: 01.759.210/0001-20.

José Dias Sobrinho
Editor